JORNAL DE BRASÍLIA A Cidade Estrutural

9661 TNC * 2

UBIRACI ARAÚJO

2 * JUL 1995

Atribui-se a Oswaldo Aranha, representante do Brasil na I Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, a afirmativa de que o Brasil, àquela altura, queria o "desenvolvimento a qualquer custo". Era a época do milagre econômico, ponte Rio Niterói, Transamazônica, Itaipu, do tricampeonato, enfim, do "Brasil Grande" e do Médico.

De lá pra cá muita coisa mudou. Aliás, já estava começando a mudar um pouco antes. Lá fora, os Estados Unidos haviam editado em 1969 o Nepa — "National Environmental Policy Act" —, a lei da política ambiental americana, que previa entre outras novidades, o estudo de impacto ambiental, que passou a fazer parte da legislação brasileira em 1981, através da Lei nº 6.938, da Política Nacional do Meio Ambiente.

Aqui, começamos, paulatinamente, a despertar para a questão ambiental, só para citar alguns exemplos: Cubatão, rio Tietê, a polêmica das usinas nucleares. Paralelo a estes acontecimentos a sociedade civil se organizava e cobrava dos governos e das grandes empresas medidas concretas para a preservação ambiental. Depois mais dois grandes marcos: a Constituição de 1988, que deu poderes para os estados legislarem ao lado da União na questão ambiental e a Rio-92.

Aqui no Distrito Federal, a causa ecológica tem tido como paradigma a alegada questão da cidadania, ou, para melhor me expressar, a questão da moradia. Roriz parece ter querido personificar Oswaldo Aranha, ao pregar assentamento a qualquer custo. De oito cidades-satélites pulamos para 22, sem contar com os milhares de loteamentos irregulares, urbanos e rurais em terras públicas e particu-

lares do DF. Devem girar hoje em torno de 600, dos quais, é preciso repetir à exaustão, nenhum está regularizado.

As irregularidades são muitas: não observância da lei de parcelamento do solo urbano; descumprimento das leis fundiárias; de registros públicos; invasões de áreas públicas desapropriadas e indenizadas e total descaso às leis ambientais. As Áreas de Proteção Ambiental do rio São Bartolomeu e do rio Descoberto abrigam a maioria desses loteamentos ilegais.

Tudo fruto da sanha inescrupulosa de políticos populistas e seus comparsas fraudadores/especuladores que se aproveitaram da necessidade de moradia dos combalidos "classe média" do DF.

Uns enriqueceram com as móbidas transações; alguns pensam ter resolvido seus problemas de moradia embora saibam estar gerando problemas ambientais para a sociedade; outros temem ver os recursos que investiram em tais lotes irem pelo lençol freático abaixo. Os demais — que vale lembrar, também são cidadãos, com direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado — preocupados em saber até quando teremos água saudável para beber. Tudo só poderia dar no que deu: na polícia! Basta abrir os jornais ou assistir aos noticiários locais. Realmente era caso para CPI (boa sorte, Maninha e Rodrigo).

É preciso que se reconheça que algumas providências positivas vieram se somar a este caos. O Ibama já definiu que o rezoneamento da APA do rio São Bartolomeu só poderá ser aprovado por lei federal. O atual Governo do DF vem encarando a questão de forma séria e responsável. O Ministério Público Federal e do DF têm sido incansáveis na tentativa de colocar as coisas em ordem.

Ardeceu-se nos últimos dias na imprensa a questão da Cidade Estrutural, cuja criação foi aprovada pela Câmara Legislativa, à qual seguiu-se o veto do governador do DF, estando previsto mais um "round" nesta luta, que será a apreciação do veto, em sessão marcada para agosto próximo.

Promete ser uma boa briga.

É interessante deixar claro, emoções à parte, que a questão deve ser analisada segundo os critérios técnicos e legais que envolvem a questão.

Em primeiro lugar busca-se proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado, imperativo constitucional bastante conhecido por todos nós.

Em segundo, é preciso que se cumpra a lei, e nesse sentido existe a Resolução Conama 13/90, dispondo que "nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de 10 quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente".

Ora, a Cidade Estrutural situa-se a menos de cinco quilômetros do Parque Nacional de Brasília, e em observância à resolução, o Ibama já se pronunciou contrariamente à implantação de tal empreendimento, face às previsíveis degradações ambientais dali decorrentes.

Neste sentido foi apresentada moção, pela Fundação Pró-Natureza, na reunião extraordinária do Conama realizada no último dia 28, a qual foi aprovada por unanimidade, solicitando ao presidente da Câmara Legislativa, que aquela Casa não "derrube" o veto, a tal projeto, por tais razões.

■ Ubiraci Araújo é procurador-geral do Ibama e fundador da Associação Brasileira dos Advogados Ambientalistas